

REGULAMENTO DE GESTÃO

ORGANISMO DE INVESTIMENTO COLETIVO (OIC)

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado
(Objeto de Subscrição Particular)

"GESTIMO"

25 de outubro de 2016

A autorização do Organismo de Investimento Coletivo pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) baseia-se em critérios de legalidade, não envolvendo por parte desta qualquer garantia quanto à suficiência, à veracidade, à objetividade ou à atualidade da informação prestada pela Entidade Responsável pela Gestão no regulamento de gestão, nem qualquer juízo sobre a qualidade dos valores que integram o património do OIC.

PARTE I

REGULAMENTO DE GESTÃO DO OIC

CAPÍTULO I

Informações Gerais sobre o OIC, a Entidade Responsável pela Gestão e Outras Entidades

1. O OIC

- a) A denominação do organismo de investimento coletivo é “**GESTIMO - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado**”, adiante designado abreviadamente por **OIC**.
- b) O **OIC** foi constituído sob a forma de Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, de subscrição particular, tendo sido transformado em Fundo Especial de Investimento Imobiliário a 4 de abril de 2014.
- c) O **OIC** foi constituído ao abrigo da Portaria do Ministério das Finanças 384/95, de 21 de novembro.
- d) Data da constituição e outras datas e prazos relevantes:
 - Data de constituição: dezembro de 1995.
 - Número de prorrogações subsequentes: 2 (duas).
 - Data final ou de liquidação, nesta altura, prevista: 24 de outubro de 2023.
- e) O regulamento de gestão foi atualizado pela última vez em 25 de outubro de 2016.
- f) Número de participantes do **OIC** em 31 de dezembro de 2015: 1.

2. A Sociedade Responsável Pela Gestão

- a) O **OIC** é gerido pela INTERFUNDOS - Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., com sede na Av. Professor Doutor Cavaco Silva, Parque das Tecnologias, Edifício 3, em Porto Salvo.
- b) A Entidade Responsável pela Gestão é uma sociedade anónima, cujo capital social, inteiramente realizado, é de 1.500.000 Euros.
- c) A Entidade Responsável pela Gestão constituiu-se em 28-09-2006 e encontra-se registada na CMVM como intermediário financeiro autorizado desde 19-04-2007.
- d) A Entidade Responsável pela Gestão tem que, no exercício da sua atividade e enquanto representante legal dos participantes, desempenhar as funções a seguir elencadas, observando sempre um elevado grau de diligência e de priorização do interesse dos participantes:

- i. Gerir o investimento, praticando os atos e operações necessários à boa concretização da política de investimento, em especial:
 - A gestão do património, incluindo a seleção, aquisição e alienação dos ativos, cumprindo as formalidades necessárias para a sua válida e regular transmissão e o exercício dos direitos relacionados com os mesmos;
 - A gestão do risco associado ao investimento, incluindo a sua identificação, avaliação e acompanhamento.
- ii. Administrar o organismo de investimento coletivo, em especial:
 - Prestar os serviços jurídicos e de contabilidade necessários à gestão dos organismos de investimento coletivo, sem prejuízo da legislação específica aplicável a estas atividades;
 - Esclarecer e analisar as questões e reclamações dos participantes;
 - Avaliar a carteira e determinar o valor das unidades de participação e emitir declarações fiscais;
 - Cumprir e controlar a observância das normas aplicáveis, dos documentos constitutivos dos organismos de investimento coletivo e dos contratos celebrados no âmbito da atividade dos mesmos;
 - Distribuir rendimentos;
 - Emitir, resgatar ou reembolsar unidades de participação;
 - Efetuar os procedimentos de liquidação e compensação, incluindo o envio de certificados;
 - Registrar e conservar os documentos.
- iii. No que respeita aos ativos integrantes da carteira do OII:
 - Prestar os serviços necessários ao cumprimento das suas obrigações fiduciárias;
 - Administrar imóveis, gerir instalações e controlar e supervisionar o desenvolvimento dos projetos objeto de promoção imobiliária nas suas respetivas fases;
 - Prestar outros serviços relacionados com a gestão do organismo de investimento alternativo e ativos, incluindo sociedades, em que tenha investido por conta do organismo de investimento alternativo.

3. As Entidades Subcontratadas

Não existem entidades subcontratadas.

4. O Depositário

- a) O Depositário dos ativos do organismo de investimento coletivo é o Banco Comercial Português, S.A., com sede na Praça D. João I, nº28, no Porto, e encontra-se registado, na CMVM como intermediário financeiro desde julho 1991.
- b) São obrigações e funções do Depositário
- i. Cumprir a lei, os regulamentos, os documentos constitutivos dos organismos de investimento coletivo e o contrato celebrado com a entidade responsável pela gestão, designadamente no que se refere à aquisição, alienação, subscrição, resgate, reembolso e à extinção de unidades de participação do organismo de investimento coletivo;
 - ii. Guardar os ativos, com exceção de numerário, do organismo de investimento coletivo, nos seguintes termos:
 - No que respeita a instrumentos financeiros que podem ser recebidos em depósito ou inscritos em registo:
 - O Depositário guarda todos os instrumentos financeiros que possam ser registados numa conta de instrumentos financeiros aberta nos seus livros e todos os instrumentos financeiros que possam ser fisicamente entregues ao Depositário;
 - Para este efeito, o Depositário deve assegurar que todos os instrumentos financeiros que possam ser registados numa conta de instrumentos financeiros aberta nos seus livros sejam registados nestes livros em contas separadas, em nome do organismo de investimento coletivo.
 - No que respeita aos demais ativos:
 - Verificar que o organismo de investimento coletivo é titular de direitos sobre tais ativos e registar os ativos relativamente aos quais essa titularidade surge comprovada;
 - Manter um registo atualizado dos mesmos;
 - iii. Executar as instruções da entidade responsável pela gestão, salvo se forem contrárias à legislação aplicável e aos documentos constitutivos;
 - iv. Assegurar que, nas operações relativas aos ativos do organismo de investimento coletivo, a contrapartida é entregue nos prazos conformes à prática de mercado;
 - v. Promover o pagamento aos participantes dos rendimentos das unidades de participação e do valor do respetivo resgate, reembolso ou produto da liquidação;
 - vi. Elaborar e manter atualizada a relação cronológica de todas as operações realizadas por conta do organismo de investimento coletivo;
 - vii. Elaborar mensalmente o inventário discriminado dos ativos e dos passivos do organismo de investimento coletivo;

- viii. Fiscalizar e garantir perante os participantes o cumprimento da legislação aplicável e dos documentos constitutivos do organismo de investimento coletivo, designadamente no que se refere:
 - À política de investimentos, nomeadamente no que toca à aplicação de rendimentos;
 - À política de distribuição dos rendimentos;
 - Ao cálculo do valor, à emissão, ao resgate, reembolso, alienação e extinção de registo das unidades de participação;
 - À matéria de conflito de interesses;
 - ix. Enviar anualmente à CMVM um relatório sobre a fiscalização desenvolvida, nos termos a definir em regulamento da CMVM e informar imediatamente a CMVM de incumprimentos detetados que possam prejudicar os participantes;
 - x. Informar imediatamente a entidade responsável pela gestão da alteração dos membros do seu órgão de administração, devendo aquela entidade notificar imediatamente a CMVM sobre a referida alteração;
 - xi. O Depositário deve ainda assegurar o acompanhamento adequado dos fluxos de caixa do organismo de investimento coletivo.
- c) Não existem condições específicas de substituição do Depositário, pelo que são aplicáveis as condições gerais legalmente previstas, nomeadamente:
- i. A substituição depende de autorização da CMVM;
 - ii. A decisão é notificada no prazo de 15 dias a contar da receção do pedido completamente instruído e torna-se eficaz na data de notificação da decisão de deferimento ou em data posterior indicada pelo requerente;
 - iii. Se o pedido estiver instruído de forma insuficiente, a CMVM, antes de recusar o pedido, notifica o requerente dando-lhe o prazo máximo de 10 dias para suprir a insuficiência e para se pronunciar quanto à apreciação da CMVM;
 - iv. O prazo referido em ii. suspende-se por efeito da notificação referida em iii;
 - v. Na ausência de decisão da CMVM na data do termo do prazo referido em ii., a autorização considera-se concedida;
 - vi. O pedido de substituição do depositário é instruído com o projeto de contrato com o novo depositário e com os documentos constitutivos alterados em conformidade, devendo estes ser divulgados no momento em que a substituição se torne eficaz.

5. Entidades Comercializadoras

- a) A Entidade responsável pela colocação das unidades de participação do OIC junto dos investidores é o Banco Comercial Português, S.A., com sede na Praça D. João I, nº28, no Porto.

- b) O OIC é comercializado em todas as sucursais do Banco Comercial Português, S.A.

6. Os Peritos Avaliadores de Imóveis

A seguir, a denominação e o número de registo/inscrição na CMVM dos Peritos Avaliadores:

- AZ 76, Consultores de Investimento e Engenharia, Lda. - PAI/2012/0089
- CPU Consultores de Avaliação, Lda. - PAI/2003/0014
- Gesfor - Gestão e Formação, Lda. - PAI/2014/0150
- J.Curvelo, Lda. - PAI/2003/0036
- João Manuel Dias Santos - PAI/2003/0026
- Luso-Roux, Avaliações, Lda - PAI/2016/0160
- NCG - Consultoria e Gestão, Lda. - PAI/2004/0029
- Neoconsul - Estudos e Consultoria Imobiliária, S.A. - PAI/2007/0012
- Pragmatur - Promoção Imobiliária e Turística, Lda. - PAI/2003/0008
- Prime Yield - Consultadoria e Avaliação Imobiliária, Lda. - PAI/2005/0013
- PVW - Price Value and Worth, Avaliação Imobiliários, Lda. - PAI/2003/0050
- Quadrante - Engenharia e Consultoria, Lda. - PAI/2003/0005
- Soundvalor - Engenharia e Avaliação, Lda. - PAI/2015/0080
- Terraval - Avaliação e Consultoria Imobiliária, Lda. - PAI/2005/0003

7. O Auditor

Sociedade Ernst & Young - Audit & Associados - SROC, S.A., com sede em: Avenida da República, 90-6º, 1600-206 Lisboa.

CAPÍTULO II

POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO PATRIMÓNIO DO ORGANISMO DE INVESTIMENTO COLETIVO E POLÍTICA DE RENDIMENTOS

1. Política de Investimento do Organismo de Investimento Coletivo

1.1. Política de Investimentos

- a) O objetivo de investimento do OIC é o de alcançar, numa perspectiva de longo prazo, para além dos rendimentos a distribuir, uma valorização crescente do capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores integrada por um conjunto diversificado de ativos, predominantemente imobiliários.

Para a realização eficaz do objectivo que se propõe, a carteira de valores do OIC será constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, com vista à valorização e defesa dos interesses dos participantes

- b) A política de investimentos assenta na diversificação dos valores imobiliários pelos sectores do mercado de serviços, comércio, indústria e lazer, podendo ainda integrar prédios de habitação e terrenos urbanizáveis. Sempre que possível serão também diversificadas por diferentes zonas geográficas, que poderão estender-se a outros países permitidos pela legislação aplicável. A política de investimentos privilegia a comercialização dos imóveis em carteira pretendendo aproveitar as potencialidades máximas de valorização a longo prazo dos capitais investidos não se pretendendo aumentar o valor da carteira com integração de novos activos

O OIC pode ainda investir em unidades de participação de outros Organismos de investimento imobiliário.

A carteira de valores do OIC poderá, ainda, residualmente ser constituída por numerário, depósitos bancários, certificados de depósito, unidades de participação de OIC de tesouraria, valores mobiliários emitidos ou garantidos por um Estado-Membro da Comunidade Europeia com prazo residual inferior a 12 meses e outros valores que a CMVM, por regulamento, defina como podendo integrar o ativo de um Organismo de investimento imobiliário.

O OIC poderá ainda investir em prédios rústicos ou mistos, não desenvolvendo investimento florestal, antes destinados a constituir uma clara aposta no desenvolvimento e alargamento de zonas urbanas, bem como na sua valorização.

- c) O investimento neste tipo de ativos ficará limitado a Portugal Continental, bem como às regiões insulares. Não estará todavia condicionado a limites de concentração geográfica.

1.2. Parâmetros de Referência (benchmark)

Na Gestão do OIC não é adotado nenhum parâmetro de referência.

1.3. Limites ao Investimento e de Endividamento

1. O património do **OIC** será constituído, de acordo com as normas legais e regulamentares, por valores imobiliários em pelo menos, dois terços do ativo total do **OIC**, devendo esta percentagem ser calculada em relação à média dos valores verificados no final de cada um dos últimos seis meses.
Em caso de aumento de capital do **OIC**, esta percentagem deve ser respeitada no prazo de um ano a contar da data do aumento de capital.
2. A composição do património do **OIC**, está ainda sujeita às seguintes regras:
 - a) O **OIC** poderá adquirir unidades de participação noutros Organismos de Investimento Imobiliário, com um limite de 25% do ativo total do **OIC**;
 - b) A Entidade Responsável pela Gestão não poderá, relativamente ao conjunto de OIC que administre, adquirir mais do que 25% das unidades de participação de um OIC de Investimento Imobiliário.
3. O OIC poderá contrair dívida como forma de financiamento do seu ativo, sempre que o retorno esperado da(s) operação(ões) se mostre vantajoso para os participantes. O nível de endividamento não estará sujeito a qualquer limite.

1.4. Características especiais dos organismos de investimento coletivo

OIC pode investir em prédios rústicos ou mistos.

2. Instrumentos Financeiros, Derivados, Reportes e Empréstimos

- a) A Entidade Responsável pela Gestão só pode utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco cambial e de taxa de juro.
- b) A exposição resultante aos ativos subjacentes dos instrumentos financeiros derivados terá como limite máximo o valor do ativo total do OIC, podendo o OIC estar exposto a uma única contraparte.

- c) A exposição resultante aos ativos subjacentes dos instrumentos financeiros derivados não pode ser superior ao valor do património líquido do OIC.

3. Valorização dos ativos

3.1. Momento de referência da valorização

- a) O valor da unidade de participação é calculado mensalmente e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será reportado às dezoito horas do último dia de cada mês, pela Entidade Responsável pela Gestão, utilizando para o efeito a última cotação conhecida e divulgada a essa hora.

3.2. Regras de Valorimetria e Cálculo do Valor da Unidade de Participação

- a) Os imóveis acabados devem ser valorizados pela média simples do valor atribuído pelos peritos avaliadores nas avaliações efetuadas.
- b) Os imóveis são valorizados pelo respetivo custo de aquisição, desde o momento em que passam a integrar o património do OIC e até que ocorra uma avaliação obrigatória.
- c) Os imóveis adquiridos em regime de compropriedade são inscritos no ativo do OIC na proporção da parte por este adquirido, respeitando a regra constante da alínea anterior.
- d) Os imóveis adquiridos em regime de permuta devem ser avaliados no ativo do OIC pelo seu valor de mercado, devendo a responsabilidade decorrente da contrapartida respetiva, inscrita no passivo do OIC, ser registada ao preço de custo ou de construção.
- e) A contribuição dos imóveis adquiridos nos termos da alínea d) para efeitos do cumprimento dos limites previstos na lei, deve ser aferida pela diferença entre o valor inscrito no ativo e aquele que figura no passivo.
- f) As unidades de participação de organismos de investimento coletivo são valorizadas ao último valor divulgado ao mercado pela Entidade Responsável pela Gestão, exceto no caso de unidades de participação admitidas à negociação em mercado regulamentado às quais se aplica o disposto em g).

- g) Os restantes ativos são valorizados ao preço de referência do mercado mais relevante em termos de liquidez onde os valores se encontrem admitidos à negociação ou, na sua falta, de acordo com o disposto no RGOIC .
- h) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas, caso em que se utilizarão os câmbios obtidos ao meio-dia de Lisboa, através da consulta dos sistemas de informação internacionalmente reconhecidos.

4. Comissões e encargos a suportar pelo Organismo de Investimento Coletivo

4.1. Comissão de gestão

Pelo exercício da sua atividade, a Entidade Responsável pela Gestão cobrará uma comissão de gestão com base numa taxa anual nominal de 0,2% (zero virgula dois por cento), calculada diariamente sobre o valor líquido global do OIC e cobrada mensalmente, até ao dia 15 do mês seguinte a que reporte.

4.2. Comissão de depósito

Ao banco depositário caberá uma comissão de depósito, a pagar mensalmente pelo OIC, calculada diariamente sobre o valor do património líquido deste, com base numa taxa anual de 0,15% (zero virgula quinze por cento), com o objectivo de remunerar a prestação de serviços do depositário.

4.3. Outros encargos

Para além dos encargos de gestão e de depósito, o OIC suportará ainda todas as despesas decorrentes da compra e venda de valores, bem como as despesas e outros encargos documentados que tenham de ser feitos no cumprimento das obrigações legais. Serão suportados pelo OIC os seguintes encargos:

- a) Despesas relativas às compras e vendas de imóveis por conta do OIC, incluindo as comissões de mediação e respetivas avaliações patrimoniais obrigatórias;
- b) Despesas relativas ao arrendamento de imóveis por conta do OIC, incluindo as respetivas comissões de mediação, uma vez concretizado o negócio;
- c) Custos e encargos decorrentes da elaboração de projetos, fiscalização de obras, licenças e outros custos inerentes à construção, promoção e desenvolvimento de

- projetos de construção e/ou reabilitação de imóveis, que integrem ou venham a integrar o património do **OIC**;
- d) Encargos de manutenção e conservação ou da realização de benfeitorias em imóveis e equipamentos pertencentes ao **OIC**;
 - e) Todos os encargos com atos notariais ou registrais inerentes aos bens que integram o património do **OIC**;
 - f) Custos com publicações obrigatórias;
 - g) Custos de auditorias e revisões de contas relativas ao **OIC**;
 - h) Custas judiciais bem como honorárias de advogados e solicitadores referentes a ativos do **OIC**;
 - i) Despesas de condomínio, incluindo a vigilância, seguros e outras despesas a que os proprietários dos imóveis estejam obrigados;
 - j) Despesas provenientes da colocação e manutenção de contadores de água, eletricidade ou gás que sejam imputadas ao proprietário;
 - k) Custos com publicidade inerentes à promoção de bens do **OIC**;
 - l) Taxas de saneamento relativas a imóveis que façam parte do património do **OIC**;
 - m) Comissões bancárias que não recaiam no âmbito da função do banco depositário e de corretagem, taxas de bolsa e de operações fora de bolsa, bem como outros encargos relativos à compra e venda de valores mobiliários que integrem ou venham a integrar o património do **OIC**;
 - n) Impostos e taxas que sejam devidos pela transação e detenção de valores mobiliários e imobiliários integrantes do património do **OIC**;
 - o) Taxa de Supervisão da CMVM;
 - p) Outros custos diretamente conexos com o património do **OIC**.

5. Política de distribuição de rendimentos

- a) O **OIC** não distribui rendimentos, revestindo a característica de OIC de Capitalização, pelo que os rendimentos das aplicações do OIC serão reinvestidos.
- b) A Entidade Responsável pela Gestão poderá, contudo, quando o interesse dos participantes o recomendar, proceder à distribuição de rendimentos das aplicações do **OIC** desde que aprovado em assembleia de participantes.
- c) Caso o entenda justificado no interesse dos participantes e desde que obtida a sua autorização prévia, a Entidade Responsável pela Gestão poderá proceder ao reinvestimento integral dos resultados de acordo com a política de investimentos definida no Capítulo II.

CAPÍTULO III

UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO E CONDIÇÕES DE SUBSCRIÇÃO, TRANSFERÊNCIA RESGATE OU REEMBOLSO

1. Características gerais das unidades de participação

1.1. Definição

O património do organismo de investimento coletivo é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação.

1.2. Forma de representação

As unidades de participação podem ser representadas por certificados de uma ou mais unidades de participação ou adotar a forma escritural, sendo admitido o seu fracionamento para efeitos de subscrição, transferência, resgate ou reembolso.

2. Valor da unidade de participação

2.1. Valor inicial

Quando da criação do OIC, as unidades de participação foram emitidas a 1.000\$00, equivalendo a 4,9880 euros, cada uma.

2.2. Valor para efeitos de subscrição

Para efeitos de subscrição o valor da unidade de participação será o da data de referência correspondendo à divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor de subscrição das Unidades de Participação resultantes do aumento de capital será feito pelo valor patrimonial do dia da liquidação do pedido de subscrição.

2.3. Valor para efeitos de resgate

Dado tratar-se de um OIC fechado, só podem ser realizados resgates em reduções de capital ou na liquidação do OIC. O valor de resgate das Unidades de Participação resultantes da redução de capital ou da liquidação do OIC será feito pelo valor patrimonial do dia da liquidação do resgate ou da liquidação do OIC.

3. Condições de subscrição e resgate

3.1. Períodos de subscrição e resgate

As operações de aumento ou de redução do capital do OIC através de, respetivamente, emissão de novas unidades de participação e de reembolso de unidades de participação emitidas dependem de deliberação favorável da Assembleia de Participantes e estão sujeitas a mera comunicação à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

As subscrições subsequentes assumir-se-ão como efetivas no dia útil seguinte ao da data do termo do período de aumento de capital, com base no valor da unidade de participação do dia da subscrição.

Caso seja deliberada, em Assembleia de Participantes, a prorrogação do prazo de duração do OIC, os participantes que tenham votado contra a referida prorrogação e que pretendam reembolso das respetivas participações deverão comunicar tal intenção à Entidade Responsável pela Gestão mediante carta registada com aviso de receção no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de realização da Assembleia de Participantes relevante para o efeito.

3.2. Subscrições e resgates em numerário ou em espécie

Novas subscrições só podem ser realizadas em caso de aumentos de capital, após deliberação da Assembleia de Participantes e comunicação prévia à CMVM, pelo que a subscrição assumir-se-á como efetiva quando a importância correspondente ao preço de emissão for integrado no ativo do OIC, ou seja, no dia útil seguinte ao da data do termo do período de aumento de capital, com base no último valor divulgado para a unidade de participação.

Na liquidação do OIC o reembolso das unidades de participação deve ocorrer no máximo de um ano a contar da data de início da liquidação do OIC. Poderá proceder-se à liquidação em espécie mediante autorização de todos os participantes.

4. Condições de Subscrição

4.1. Mínimos de subscrição

Não existe mínimo de subscrição.

4.2. Comissões de subscrição

Não será cobrada comissão de subscrição.

4.3. Data subscrição efetiva

A subscrição encontra-se efetiva no dia útil imediatamente a seguir ao termo do período estabelecido para a subscrição das unidades de participação representativas do aumento de capital do OIC, ocorrendo com a liquidação das subscrições.

5. CONDIÇÕES DE RESGATE

5.1. Comissões de resgate

Não será cobrada comissão de resgate.

5.2. Pré-aviso

As unidades de participação só serão reembolsáveis aquando da liquidação do OIC ou por redução de capital por se tratar de um OIC Fechado, o reembolso ao participante corresponderá ao valor da respetiva quota-parte do valor líquido do OIC e será creditado em conta.

5.3. Condições de Transferência

O Banco depositário do OIC deverá ser sempre devidamente informado pelo transmitente e pelo transmissário sobre a transmissão das unidades de participação realizadas de modo a manter devidamente atualizado o registo dos titulares das unidades de participação do OIC.

CAPÍTULO IV

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES

- a) Sem prejuízo de outros direitos que lhes sejam conferidos pela lei ou por este regulamento, os participantes têm os seguintes direitos:

- i. Direito à quota-parte dos valores que integram o **OIC**, de acordo com o número de unidades de participação de que sejam titulares;
 - ii. Ao reembolso das unidades de participação, correspondente à quota-parte do valor líquido global do **OIC**, em caso de liquidação;
 - iii. Desde que solicitada, à informação pormenorizada sobre o património do **OIC**, nos termos da lei, através dos documentos de prestação de contas;
 - iv. A pronunciarem-se em Assembleia de Participantes, sempre que para isso forem convocados;
 - v. Direito ao resgate das unidades de participação, os participantes que, por escrito, tenham manifestado estar contra a prorrogação da duração do **OIC**;
 - vi. Serem ressarcidos pela Entidade Responsável pela Gestão dos prejuízos sofridos sempre que, em consequência de erros imputáveis àquela, ocorridos no processo de valorização e divulgação do valor da unidade de participação, se verifiquem cumulativamente as seguintes condições: a diferença entre o valor que deveria ter sido apurado de acordo com as normas aplicáveis e o valor efetivamente utilizado nas subscrições e reembolsos seja igual ou superior, em termos acumulados, a 0,5% e o prejuízo sofrido por participante, seja superior a 5 euros, sem prejuízo do exercício do direito de indemnização que lhe seja reconhecido, nos termos gerais de direito;
 - vii. Receber os montantes devidos nos termos da alínea anterior num período não superior a 30 dias após a deteção do erro, sendo tal procedimento individualmente comunicado aos mesmos dentro de idêntico prazo;
 - viii. Obter o Regulamento de Gestão junto da Entidade Responsável pela Gestão ou do Banco Depositário, antes da subscrição do **OIC**.
- b) A subscrição de unidades de participação implica a aceitação do regulamento de gestão e confere à Entidade Responsável pela Gestão os poderes necessários para realizar os atos de administração do **OIC**.

CAPÍTULO V

Condições de Liquidação do Organismo de Investimento Coletivo

- a) Quando os participantes do **OIC** assim o exigirem por deliberação em assembleia, aprovada por maioria de 75% dos votos, deverá a Entidade Responsável pela Gestão proceder à liquidação e partilha do **OIC**, procedendo de imediato à comunicação do

facto à CMVM e à respetiva publicação, no sistema de difusão de informação da CMVM, indicando o prazo previsto para o termo do processo de liquidação.

- b) O reembolso das unidades de participação deve ocorrer no máximo de um ano a contar da data de início da liquidação do OIC.
- c) Poderá proceder-se à liquidação em espécie mediante autorização da totalidade dos participantes.

Capítulo VI

Organismo de Investimento Coletivo Fechado

- a) O capital investido na subscrição inicial ascendeu a 764.415.000\$00 (setecentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e quinze mil escudos), titulado por 764.415 unidades de participação com o valor unitário de 1.000\$00 (mil escudos). Posteriormente, o OIC registou as seguintes operações de capital:
 - Em 16 de fevereiro de 2006 - O aumento de capital de 500.000 € (quinhentos mil euros), através da emissão de novas unidades de participação, obedeceu às seguintes regras:
 - i. O aumento de capital não foi reservado no todo ou em parte aos participantes à data, conforme deliberação em Assembleia de Participantes.
 - ii. O período de subscrição ocorreu no segundo dia útil após a data de aprovação pela CMVM, sendo a liquidação financeira no dia útil seguinte.
 - iii. O preço de emissão das UP's no aumento de capital correspondeu ao valor das unidades de participação conhecido e divulgado pela sociedade gestora.
 - iv. A subscrição foi efetuada nos escritórios da sociedade gestora.
 - Em 12 de Outubro de 2006 - O aumento de capital de 3.100.000 € (três milhões e cem mil euros), através da emissão de novas unidades de participação, obedeceu às seguintes regras:
 - i. O aumento de capital não foi reservado no todo ou em parte aos participantes à data, conforme deliberação em Assembleia de Participantes.
 - ii. As novas unidades foram realizadas por subscrição particular

iii.O período de subscrição ocorreu no prazo de 60 dias, após a comunicação de autorização do capital por parte da CMVM, sendo a liquidação financeira para todos os subscritores no dia útil seguinte ao período de subscrição, não obstante no caso do aumento de capital ter sido totalmente subscrito antes do final do prazo de subscrição, a liquidação financeira ocorrerá no dia útil seguinte àquele em que o capital ficou integralmente subscrito.

iv.O preço de emissão das UP's no aumento de capital corresponde ao último valor das unidades de participação conhecido e divulgado pela sociedade gestora antes da liquidação financeira.

v.A subscrição foi efetuada nos escritórios da sociedade gestora.

- Em 22 de março de 2012 - O aumento de capital de 10.439.086,75 (dez milhões e quatrocentos e trinta e nove mil e oitenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos), através da emissão de novas unidades de participação, obedeceu às seguintes regras:

i. emissão de 1.133.143 (um milhão cento e trinta e três mil cento e quarenta e três Unidades de Participação) UP's, efetuada através da subscrição em espécie, pelo Participante Único de 1.133.143 (um milhão cento e trinta e três mil cento e quarenta e três Unidades de Participação) por via da conversão de créditos que o BCP detém sobre o Fundo GESTIMO, no montante €10.439.086,75 (dez milhões e quatrocentos e trinta e nove mil e oitenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos), emergentes de dois contratos de financiamento, uma conta corrente caucionada (os três assumidos pelo Fundo aquando da aquisição à SII - Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A. e Telho - Sociedade Imobiliária, Lda dos parques de estacionamento Celas e Península, em 27 de dezembro de 2011) e do saldo devedor da conta à ordem nº 46239660 do Fundo junto do BCP, nomeadamente: i) 3.162.479,88 euros emergentes do contrato de financiamento registado nos livros do Banco sob o nº CLS 162680651, designadamente 60.076,81 euros a título de juros, 2.403,07 euros a título de imposto do selo e 3.100.000,00 euros a título de capital; ii) 6.023.729,99 euros emergentes do contrato de financiamento registado nos livros do Banco sob o nº CLS 164011491, designadamente 107.432,69 euros a título de juros, 4.297,30 euros a título de imposto do selo e 5.912.000,00 euros a título de capital; iii) 507.945,25 euros emergentes do contrato de conta corrente caucionada registada nos livros do Banco sob o nº CCC 45345897173, designadamente 7.639,67 euros a título de juros, 305,59

- euros a título de imposto do selo e 500.000 euros a título de capital; iv) 744.931,62 euros emergentes da utilização de crédito sob a forma de descoberto na conta à ordem do Fundo junto do BCP com o nº46239660, designadamente 11.204,02 euros a título de juros, 448,16 euros a título de imposto do selo e 733.279,44 euros a título de capital;
- ii. As novas unidades foram realizadas por subscrição particular;
- iii. O período de subscrição ocorreu no prazo de dois dias úteis, após a comunicação de aumento do capital à CMVM, sendo a liquidação financeira no dia útil seguinte ao período de subscrição;
- iv. O preço de emissão das UP's no aumento de capital corresponde ao último valor das unidades de participação conhecido e divulgado pela sociedade gestora antes da liquidação financeira;
- v. A subscrição foi efetuada nos escritórios da sociedade gestora.
- Em 25 de outubro de 2016: redução de capital pelo valor de € 7.499.993,79 (sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e três euros, e setenta e nove cêntimos), através da extinção de 989.158 unidades de participação ao valor unitário de € 7,5822.
 - Sob proposta fundamentada da Entidade Responsável pela Gestão e na defesa dos interesses dos participantes, poderão ser realizados aumentos e reduções de capital, nos seguintes termos e sem prejuízo das condições legalmente previstas: Mediante deliberação da Assembleia de Participantes, que deverá fixar consoante o tipo de operação:

Aumentos de Capital:

- o montante do aumento de capital;
- os períodos de subscrição das Unidades de Participação emitidas em razão do aumento de capital;
- as condições de participação no aumento de capital e a eventual existência de direito de preferência dos Participantes na subscrição das Unidades de Participação a emitir.

Reduções de Capital:

- o montante da redução de capital;
- as condições e o prazo de realização da redução do capital se efetuará tendo em conta a situação e a liquidez patrimonial do OIC.

Em caso de aumento de capital do OIC o limite de imóveis e de outros ativos equiparáveis deve ser respeitado no prazo de 1 ano a contar da data do aumento de capital, relativamente ao montante do aumento.

É permitida a “liquidação em espécie” nos atos de aumento, redução e liquidação do OIC desde que a mesma tenha sido autorizada por todos os participantes;

- b) OIC foi prorrogado por dez anos, a contar de 24 de Outubro de 2013, prorrogável por períodos sucessivos de dez anos por deliberação em Assembleia de Participantes.
- c) As unidades de participação não serão negociadas em mercado regulamentado nem em sistema de negociação multilateral;
- c) O prazo de duração do OIC é prorrogável por períodos subsequentes de 10 anos desde que deliberada em Assembleia de participantes e aprovada pela CMVM;
- d) Na Assembleia de Participantes têm direito de participar todos os detentores de unidades de participação do OIC, cabendo a cada participante tantos votos como quantas as unidades que possuir.
 - Compete à Entidade Responsável pela Gestão a convocação da Assembleia de Participantes por carta registada com aviso de receção, com o mínimo de trinta dias de antecedência, sem prejuízo da aplicação do disposto no número 1 do art.º 54º do Código das Sociedades Comerciais.
 - A Assembleia de Participantes poderá deliberar desde que estejam presentes ou representados participantes que detenham pelo menos dois terços das unidades de participação do OIC. As deliberações serão tomadas quando aprovadas por maioria absoluta de votos representados na Assembleia, sem prejuízo do disposto no Capítulo V.
 - Compete à Assembleia de Participantes, sem prejuízo das competências da Entidade Responsável pela Gestão, pronunciar-se e deliberar sobre as seguintes matérias:
 - O aumento das comissões que constituem encargo do OIC;
 - A modificação substancial da política de investimentos do OIC;
 - A modificação da política de distribuição dos resultados do OIC;
 - O aumento e redução do capital do OIC;
 - A prorrogação do prazo de duração do OIC;
 - A substituição da Entidade Responsável pela Gestão;
 - Liquidações em espécie;

- A liquidação do OIC, nos termos previstos no presente Regulamento de Gestão.
- e) As subscrições subsequentes após deliberação em Assembleia de Participantes serão liquidadas no fim útil seguinte a sua subscrição.
Caso qualquer subscrição de capital, inicial ou de aumento, não atinja o montante total fixado para o mesmo, considera-se automaticamente reduzido para o montante do capital efetivamente subscrito.
- g) Não existem garantias, prestadas por terceiros, de reembolso de capital ou de pagamento de rendimentos;
- h) O OIC liquida-se no seu vencimento caso não seja deliberada a sua prorrogação em Assembleia de Participantes e obtida a respetiva aprovação pela CMVM;
- i) Outra informação:

Comité consultivo

- O OIC tem um Comité de Consultivo, com carácter meramente consultivo, composto por representantes eleitos em assembleia de participantes e por igual número de elementos designados pela Entidade Responsável pela Gestão.
- Competirá à Entidade Responsável pela Gestão, por sua iniciativa a convocação do Comité de Consultivo, mediante o envio de carta registada com aviso de receção a cada um dos membros do Comité Consultivo com a antecedência mínima de 8 dias relativamente à data da respetiva realização.
- O Comité Consultivo emitirá o parecer assente num mínimo de dois terços dos seus membros.
- Competirá ao Comité Consultivo inter alia:
 - Acompanhar as atividades da Entidade Responsável pela Gestão, nomeadamente a tomada de decisões quanto a investimentos e desinvestimentos relevantes do OIC e tomada de decisões quanto a financiamentos;
 - Apreciar as informações que a Entidade Responsável pela Gestão presta sobre o andamento dos processos de promoção e construção imobiliária;
 - Dar parecer, em matéria de investimentos, sempre que tal lhe for solicitado pela Entidade Responsável pela Gestão.

PARTE II

INFORMAÇÃO ADICIONAL

CAPÍTULO I

Outras Informações Sobre a Entidade Responsável pela Gestão e Outras Entidades

1. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO

a) Órgãos Sociais:

Mesa de Assembleia Geral

Presidente: Dra. Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral

Secretário: Dra. Maria Manuela Nunes Rodrigues dos Anjos

Conselho de Administração

Presidente: Dr. Miguel Maya Dias Pinheiro

Vogal: Dr. José Maria de Oliveira da Cunha

Vogal: Dr. José Carlos Benito Garcia de Oliveira

Conselho Fiscal ["processo de autorização para o exercício de funções em curso junto do Banco de Portugal"]

Revisor Oficial de Contas

Efetivo: Deloitte & Associados, SROC, S.A.

Suplente: Carlos Luis Oliveira de Melo Loureiro

As principais funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração fora da sociedade são as seguintes:

Dr. Miguel Maya Dias Pinheiro

Banco Comercial Português, S.A.: Vice-Presidente da Comissão Executiva

BCP Africa SGPS, LDA: Gerente

BCP Capital, Sociedade de Capital Risco, S.A.: Presidente do Conselho de Administração

Banco Millennium Angola, S.A.: Presidente do Conselho de Administração
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Vencimentos
Bank Millennium, S.A. (Polónia): Vogal do Conselho Geral de Supervisão.

Dr. José Maria de Oliveira da Cunha

BII Investimentos International, S.A.: Vogal do Conselho de Administração

Dr. José Carlos Benito Garcia de Oliveira

Não exerce outras funções

b) Relações de Grupo com Outras Entidades:

O Banco Comercial Português, S.A. detém 100% do capital da Entidade Responsável pela Gestão.

c) Outros OIC Geridos pela Entidade Responsável pela Gestão:

Para além do OIC aqui Regulamentado, a Entidade Responsável pela Gestão gere ainda OIC constantes no Mapa do anexo no final deste Regulamento de Gestão.

d) Relações de Grupo com Outras Entidades:

À Entidade Responsável pela Gestão não é aplicável qualquer remuneração comissão ou benefício não pecuniário previstos no artigo 92º do Regime Geral.

e) Contactos para esclarecimentos de quaisquer dúvidas relativas ao OIC:

Morada: Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Parque das Tecnologias, Ed.3, 2740-256
Porto Salvo
Endereço eletrónico: interfundos@millenniumbcp.pt
Número de telefone: 211 131 612

2. CONSULTORES DE INVESTIMENTO

Não existem consultores de investimento para o OIC.

3. AUDITOR

Indicado no ponto 7, do Capítulo I, da Parte I.

4. AUTORIDADE DE SUPERVISÃO

A autoridade de supervisão do OIC é a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

CAPÍTULO II

Divulgação de Informação

1. VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

- a) A Entidade Responsável pela Gestão procede à divulgação do valor mensal das unidades de participação no sistema de difusão de informação da CMVM e nas suas instalações, a quem o solicitar.
- b) O valor da unidade de participação é calculado e divulgado mensalmente com referência ao último dia de cada mês.

2. CONSULTA DA CARTEIRA

A Entidade **RESPONSÁVEL PELA GESTÃO** divulgará mensalmente, no Sistema de Difusão de Informação da CMVM, a discriminação dos valores que integram o **OIC**, bem como o respetivo valor líquido global e o número de unidades de participação em circulação, de harmonia com as normas emitidas pela CMVM.

3. DOCUMENTAÇÃO

- a) Toda a documentação relativa ao OIC poderá ser solicitada junto da Entidade Responsável pela Gestão, bem como aos balcões do Banco Depositário.
- b) A Entidade Responsável pela Gestão publicará um aviso no Sistema de Difusão de Informação da CMVM, informando que se encontram à disposição dos Participantes o Relatório Anual do OIC, o qual poderá ser enviado sem quaisquer encargos.

4. RELATÓRIO E CONTAS

O OIC encerrará as suas contas no dia 31 de dezembro de cada ano, sendo o respetivo Relatório Anual publicado nos quatro meses seguintes a essa data.

CAPÍTULO III

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS RESULTADOS DO ORGANISMO DE INVESTIMENTO COLETIVO

Informação não aplicável ao OIC Fechado.

CAPÍTULO IV

PERFIL DO INVESTIDOR A QUE SE DIRIGE O ORGANISMO DE INVESTIMENTO COLETIVO

Informação não aplicável ao OIC Fechado.

Capítulo V

Regime Fiscal

Tributação do OIC e dos participantes

A informação seguidamente prestada descreve sumariamente o regime fiscal atualmente em vigor em Portugal. O enquadramento descrito é o geral e está sujeito a alterações, incluindo alterações que podem ter efeito retroativo.

1. Tributação do Fundo

a) Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)

O Fundo é tributado em IRC à taxa geral de 21% (vigente em 2016), em função do resultado líquido do exercício apurado de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, sendo excluídos daquele resultado os rendimentos de capitais, os rendimentos prediais e as mais-valias tal como estes rendimentos são definidos para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS). A exclusão não se

aplica no caso de rendimentos que provenham de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro.

Não são dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável em IRC os gastos ligados aos rendimentos excluídos de tributação, os gastos não dedutíveis em IRC ao abrigo do artigo 23.º-A do respetivo Código e os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo. Os prejuízos fiscais apurados são dedutíveis por um período de 12 anos, com o limite de 70% do lucro tributável em cada ano.

O Fundo está isento de derrama municipal e derrama estadual, estando sujeito às tributações autónomas em IRC.

No apuramento do lucro tributável, as mais-valias e as menos-valias:

- Resultantes da alienação de imóveis adquiridos antes de 1 de julho de 2015 são tributadas (quando da realização) nos termos da legislação vigente até 30 de junho de 2015 na proporção correspondente ao período de detenção, sendo o remanescente tributado nos termos das regras acima descritas.
- Resultantes da alienação de outros ativos adquiridos antes de 1 de julho de 2015 são tributadas (quando da realização) nos termos da legislação vigente até 30 de junho de 2015, considerando-se como valor de realização o seu valor de mercado naquela data, sendo a diferença entre o valor da contraprestação obtida e aquele valor de mercado tributada nos termos das novas regras.

O Fundo está dispensado de retenção na fonte de IRC.

b) Imposto do Selo

Sobre o valor líquido global do Fundo é devido Imposto do Selo, trimestralmente, à taxa de 0,0125%.

Sobre a propriedade, usufruto ou direito de superfície de prédios habitacionais ou terrenos para construção cuja edificação, autorizada ou prevista, seja para habitação, nos termos do disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), cujo valor patrimonial tributário constante da matriz seja igual ou superior a € 1.000.000 incide Imposto do Selo à taxa de 1%.

c) IML e Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)

O Fundo está sujeito a IML e IMT nos termos gerais.

2. Tributação dos participantes

A tributação dos rendimentos auferidos pelos participantes de acordo com as regras abaixo descritas incide apenas sobre a parte dos rendimentos gerados a partir de 1 de julho de 2015, considerando-se como valor de aquisição, para efeitos de determinação de mais-valias ou menos-valias resultantes da transmissão onerosa das participações, o valor de mercado àquela data ou, se superior, o valor de aquisição.

Consideram-se distribuídos ou obtidos no resgate aos participantes, em primeiro lugar e até à sua concorrência, os rendimentos gerados até 1 de julho de 2015 que, até essa data, não tenham sido distribuídos ou resgatados, aplicando-se a tais rendimentos a tributação vigente até 30 de junho de 2015.

a) Pessoas singulares

Residentes ou estabelecimentos estáveis de não residentes relativamente a rendimentos que lhes sejam imputáveis

Rendimentos obtidos fora do âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola

Os rendimentos distribuídos pelo Fundo e os rendimentos obtidos com o resgate de unidades de participação estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa de 28%, liberatória salvo opção pelo englobamento.

No caso de aquisição em mercado secundário, o adquirente deve comunicar à entidade obrigada à retenção na fonte a data e valor da aquisição, sob pena de a retenção na fonte ser efetuada sobre o montante bruto do resgate.

As mais-valias na transmissão onerosa de unidades de participação contribuem para o apuramento do saldo entre mais-valias e menos-valias sujeito a tributação à taxa de 28%, liberatória salvo opção pelo englobamento.

Rendimentos obtidos no âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola

Os rendimentos distribuídos pelo Fundo estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa de 28%, com a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final.

Os rendimentos obtidos com o resgate e com a transmissão onerosa de unidades de participação concorrem para o apuramento do lucro tributável, nos termos gerais.

Não residentes sem estabelecimento estável ao qual os rendimentos sejam imputáveis

Os rendimentos distribuídos pelo Fundo e os rendimentos obtidos com o resgate de unidades de participação são, mediante prova da qualidade de não residente efetuada nos termos previstos na lei, sujeitos a retenção na fonte, à taxa liberatória de 10%. Este regime não se aplica quando:

- Não seja efetuada a prova referida, sendo nesse caso aplicáveis as regras relativas aos residentes;
- Os titulares dos rendimentos sejam residentes em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, caso em que a taxa de retenção na fonte (a título definitivo) sobre os rendimentos distribuídos pelo Fundo e os rendimentos obtidos com o resgate de unidades de participação é de 35%;
- Os rendimentos sejam pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, caso em que a taxa de retenção na fonte (a título definitivo) sobre os rendimentos distribuídos pelo Fundo e os rendimentos obtidos com o resgate de unidades de participação é de 35%.

No caso de aquisição em mercado secundário, o adquirente deve comunicar à entidade obrigada à retenção na fonte a data e valor da aquisição, sob pena de a retenção na fonte ser efetuada sobre o montante bruto do resgate.

Os rendimentos obtidos com a transmissão onerosa de unidades de participação são sujeitos a tributação à taxa de 10% mediante prova da qualidade de não residente efetuada nos termos previstos na lei. Este regime não se aplica quando:

- Não seja efetuada a prova referida, sendo nesse caso aplicáveis as regras relativas aos residentes.
- Os titulares dos rendimentos sejam residentes em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro. São neste caso aplicáveis as regras gerais previstas no Código do IRS.

Os rendimentos de participações no Fundo, incluindo as mais-valias que resultem da respetiva transmissão onerosa, resgate ou liquidação, são considerados rendimentos de bens imóveis.

b) Pessoas coletivas

Residentes ou estabelecimentos estáveis de não residentes relativamente a rendimentos que lhes sejam imputáveis

Os rendimentos distribuídos pelo Fundo estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa de 25%, tendo o imposto retido a natureza de imposto por conta.

Os rendimentos obtidos com o resgate ou a transmissão onerosa de unidades de participação concorrem para o apuramento do lucro tributável, nos termos gerais do Código do IRC.

Não residentes sem estabelecimento estável ao qual os rendimentos sejam imputáveis

Os rendimentos distribuídos pelo Fundo e os rendimentos decorrentes de resgates de unidades de participação estão sujeitos a retenção na fonte à taxa liberatória de 10%. Este regime não se aplica quando:

- Não seja efetuada a prova referida, sendo nesse caso aplicáveis as regras relativas aos residentes;
- Os titulares dos rendimentos sejam residentes em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, caso em que a taxa de retenção na fonte (a título definitivo) sobre os rendimentos distribuídos pelo Fundo e os rendimentos obtidos com o resgate de unidades de participação é de 35%;

- Os rendimentos sejam pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, caso em que a taxa de retenção na fonte (a título definitivo) sobre os rendimentos distribuídos pelo Fundo e os rendimentos obtidos com o resgate de unidades de participação é de 35%;
- Os titulares dos rendimentos sejam entidades não residentes detidas, direta ou indiretamente, em mais de 25 % por entidades ou pessoas singulares residentes em território nacional que não sejam residentes noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu que esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia ou sociedades residentes em país com o qual tenha sido celebrada e se encontre em vigor convenção para evitar a dupla tributação que preveja a troca de informações, sendo nesse caso aplicáveis as regras gerais previstas no Código do IRC.

No caso de aquisição em mercado secundário, o adquirente deve comunicar à entidade obrigada à retenção na fonte a data e valor da aquisição, sob pena de a retenção na fonte ser efetuada sobre o montante bruto do resgate.

Os rendimentos obtidos com a transmissão onerosa de unidades de participação estão sujeitos a tributação à taxa de 10% mediante prova da qualidade de não residente efetuada nos termos previstos na lei. Este regime não se aplica quando:

- Não seja efetuada a prova referida, sendo nesse caso aplicáveis as regras relativas aos residentes;
- Os titulares dos rendimentos sejam residentes em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, caso em que são aplicáveis as regras previstas no Código do IRC;
- Os titulares dos rendimentos sejam entidades não residentes detidas, direta ou indiretamente, em mais de 25 % por entidades ou pessoas singulares residentes em território nacional que não sejam residentes noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu que esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia ou sociedades residentes em país com o qual tenha sido celebrada e se encontre em vigor convenção para evitar a dupla tributação que preveja a troca de informações, sendo nesse caso aplicáveis as regras gerais previstas no Código do IRC.

Os rendimentos de participações no Fundo, incluindo as mais-valias que resultem da respetiva transmissão onerosa, resgate ou liquidação, são considerados rendimentos de bens imóveis.

c) Aquisição, resgate, aumento ou redução do capital e outras operações relativas a unidades de participação

Estão sujeitas a IMT a aquisição, resgate, aumento ou redução do capital e outras operações relativas a unidades de participação das quais resulte que um dos titulares, ou dois titulares casados ou unidos de facto, fiquem a dispor de pelo menos 75% das unidades de participação representativas do património do fundo.



Anexo

OIC GERIDOS PELA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Denominação	Tipo	Política de Investimento	VLGF m€	Nº Participantes
Funsita - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	Fechado de Subscrição Particular	O OII dirigirá preferencialmente o seu investimento para o desenvolvimento de projectos de construção de imóveis destinados a logística, comércio, habitação e serviços para posterior venda ou arrendamento.	18.543	1
Imofarma - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			60.510	2
Eminvest - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado			22.450	3
Imocott - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			8.612	1
Imoport - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			52.313	1
BF Invest - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			3.341	4
I-Marope - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			3.728	5
Fundipar - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			38.363	1
Fimobes - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			4.911	4
Oceânico - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			6.766	3
Olimo - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			42.499	1
Oporto Capital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			8.409	4
Imoal - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			6.968	4
Fundial - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			17.323	1
Villafundo - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			-127	6
Imoproperty - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			7.687	2
Fimmo - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			26.706	1
Inogi Capital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			12.115	1
Património - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			9.204	6
Oceânico II - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			92.422	1
Intercapital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			6.010	1
Oceânico III - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			5.313	2
Stone Capital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			12.763	1
Sand Capital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			12.764	1
Renda Predial - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado			162.684	3
Imorenda - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado			134.616	1
Imotur - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			22.739	4
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosotto Acumulação			106.023	1
Gestão Imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			7.355	1
DP Invest - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			7.950	2
Imoalue - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			4.681	4
Neudelinvest - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			6.395	3
Multiusos Oriente - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado			73.642	1
R Invest - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			4.858	1
Domus Capital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			5.099	4
MR - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			4.150	2
Grand Urban - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			44.279	1
Gestimo - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			17.472	1
Imopromoção - Real Estate Development Fund			35.548	5
AF Portfólio Imobiliário - Fundo Aberto de Investimento Imobiliário	Aberto	O Fundo investirá predominantemente em bens imóveis, tais como terrenos e edifícios	242.799	500
Total de Fundos	40		1.359.883	-